

FÁBIO LUCAS DE ALBUQUERQUE LIMA

José de Castro Meira

Prefácio

ELEMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Conforme a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro
de 1990, com as alterações da Lei nº 12.527,
de 18 de novembro de 2011

Belo Horizonte



2014



PREFÁCIO

Recebi com alegria o convite para prefaciар o livro do Dr. Fábio Lucas de Albuquerque Lima, não só por ter acompanhado a formação desse jovem jurista sergipano, mas também pelo significado que o tratamento especializado do direito administrativo disciplinar representa para a sistematização do ordenamento jurídico pátrio.

O autor, ocupante do cargo de Procurador Federal, valeu-se de sua experiência na atuação perante autarquias e consultorias jurídicas dos Ministérios, para expor as dificuldades existentes na aplicação prática das normas disciplinares e para traçar importantes diretrizes na solução desses problemas.

Na parte inicial da obra, preocupa-se em demonstrar a necessidade de conferir-se uma maior autonomia ao direito administrativo disciplinar, distinguindo-o dos demais ramos do direito e enfatizando a impossibilidade de se transportar para a disciplina aqui emoldurada os princípios e regras do direito penal.

A seguir, o texto traz comentários sobre os princípios que regem a disciplina, ressaltando a natureza constitucional ostentada por alguns deles e, assim, conduz o leitor a uma imersão no estudo do cerne do tema propriamente dito, isto é, o regime disciplinar dos servidores federais entabulado na Lei nº 8.112/90.

A partir desse momento, há uma análise pontual das normas disciplinares contidas no Estatuto do Servidor Público, merecendo destaque a indicação de precedentes jurisprudenciais acerca dos pontos mais relevantes e de manifestações da Advocacia-Geral da União exaradas no julgamento de processos administrativos.

No tópico sobre as responsabilidades do servidor, a obra apresenta as noções gerais do instituto e individualiza, com esmero, os limites da responsabilidade civil, administrativa e criminal e suas respectivas sanções.

Pela grande repercussão que o tema invoca e por abordar matérias com significativos pontos de intersecção com o regime disciplinar do servidor, a Lei nº 8.429/92 também foi prestigiada nessa obra, tendo-lhe

sido destinado um capítulo próprio, no qual se procurou conceituar o ato de improbidade e seus consectários na esfera administrativa.

Mais adiante, o autor aborda, a meu ver, um dos pontos mais sensíveis para aqueles que se deparam com a árdua tarefa de julgar os ilícitos disciplinares, qual seja, a aplicação da penalidade adequada ao caso concreto. Com efeito, se é certo que o Estatuto dos Servidores da União se propõe a indicar as situações que ensejam as sanções de advertência, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria, destituição de cargo em comissão e função comissionada, não é menos verdade que o postulado mais importante nessa seara e de observância obrigatória pelo órgão julgador é a regra do art. 128 da Lei nº 8.112/90, com o seguinte teor: “Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais”. Essa ponderação foi muito bem apresentada no livro e acertadamente realçada nas considerações finais nele promovidas.

Os últimos capítulos foram destinados à análise da extinção da punibilidade e da reabilitação do servidor público, temas também explorados com profundidade e com oportuna referência à doutrina e jurisprudência.

É imperioso reconhecer que este trabalho contribui decisivamente para a consolidação do direito administrativo disciplinar como disciplina autônoma, sendo de grande utilidade para os profissionais da área jurídica, estudantes e, mais ainda, para aqueles que lidam, no dia a dia, com as dificuldades inerentes à aplicação do regime disciplinar dos servidores públicos federais.

Parabenizo o autor pela forma didática, sistematizada e prática como construiu sua obra, externando meu desejo de que continue avançando no estudo do tema e elevando o nome do nosso querido Sergipe no cenário jurídico nacional, na esteira da rica herança que nos foi deixada pelos seus grandes intelectuais, com destaque para o genial pensador e jurista Tobias Barreto de Meneses.

Brasília, 12 de abril de 2012.

José de Castro Meira

Ministro do Superior Tribunal de Justiça